



Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo

03 de fevereiro de 2014, das 10h às 12h

ATA – 1ª Reunião

Presentes: Antonio Carlos de Mello Rosa (OIT), Antonio Carlos Malheiros (TJ), Aparecida Berlitz (SMS), Caio Borges (CONNECTAS), Camila Zelezoglo (ABIT), Carmen Hilari Poma (CAMI), Cleyton Borges (CDHIC), Daniel Fogos (SDTE), Débora Anfimof Sergio (ABVETEX), Iasin Issa Ahmed (TJ), João Galvino (SME), Jose Guerra (CONATRAE), José Luiz Cunha (ABVTEX), Juana Kweitel (CONNECTAS), Juliana Felicidade Armede (COETRAE), Ketí Angelova (CDHIC), Leandro Resende de Freitas (SMPIR), Leonardo Sakamoto (Repórter Brasil), Liliane Garcez (SMPED), Ludmila Bernardo (MPT), Maíra Costa (INPACTO), Maria Cristina Corral (SMPM), Maria Lisabete Santiago (SMDHC), Maria Zenaide Carvalho (Lojas Renner), Mariana Amaral (ABIT), Marina M. Novaes (SMDHC), Mércia Consolação Silva (INPACTO), Patrícia Pedrosa (ABIT), Paulo Illes (SMDHC), Regina Stela Vieira (SMPM), Rogério Sottili (SMDHC), Roque Pattussi (CAMI), Rosane Ramos dos S. Tanabe (ABIT), Rosely A. Gati de Cerqueria Cesar (SMADS), Sandra Assali Bertelli (AMATRA – 2), Sandra Lia Simon (MPT), Silvana Lucena (SMPED), Sonia Maria Nunes (Missão Paz), Maria Susicelia Assis, (Sindicato das costureiras e CONACCOVEST), Miriam Modesto, (CONACCOVEST).

A assessora especial **Marina Novaes** abriu a reunião agradecendo a presença de todos e todas e chamou o Secretário **Rogério Sottili**, o Coordenador Geral da CONATRAE **José Guerra**, o Desembargador **Antonio Carlos Malheiros** e o jornalista **Leonardo Sakamoto** para comporem a mesa e, passou a palavra para o Secretário.

Rogério Sottili convidou todos os membros da COMTRAE, indicados governamentais, da sociedade civil e convidados a se apresentarem. Lembrou que esta é a primeira Comissão

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo, e que a promoção do trabalho decente é uma política fundamental para inclusão social, redução das desigualdades sociais e o desenvolvimento sustentável do município. Em seguida disse que a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania criou a Assessoria Especial Trabalho Decente na perspectiva de ajudar na articulação das ações para erradicação do trabalho escravo, tráfico de pessoas e trabalho infantil. Ressaltou que o tema envolve muitas secretarias do governo, mas colocar essa questão na pasta de direitos humanos e cidadania mostra a compreensão de que a política deve ser tratada de forma intersecretorial e transversal. Ressaltou que sua composição paritária é significativa porque reforça o compromisso da Sociedade Civil e compromisso do Governo e que será um importante fórum para a construção da política e do plano municipal de enfrentamento ao trabalho escravo, em articulação com o 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, e o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Leu a portaria de nomeação dos membros da COMTRAE e a assinou.

Leonardo Sakamoto disse estar satisfeito com a implementação da COMTRAE, fruto de uma longa caminhada. Em seguida historicizou o enfrentamento do trabalho escravo no Brasil, a partir da década de 70 com as denúncias da Comissão Pastoral da Terra e a repercussão internacional. Na década de 90 foram criadas Comissões de Fiscalização que tornaram o enfrentamento política de Estado. Em 2003 foi lançado o I Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo com 75 ações que foram avaliadas, e em 2008 resultou no 2º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo com 66 ações. Cada esfera tem sua competência, e se faz necessário a clareza e consciência da importância de cada uma. Ressaltou a dívida histórica que a cidade de São Paulo tem com os/as migrantes, nordestinos ou estrangeiros, pois parte da cidade foi construída com o trabalho escravo.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Terminou a fala dizendo que o que a COMTRAE fizer vai servir de exemplo para todo o país. Assim como o que não for feito.

José Guerra, salientou que será a primeira vez que Município, Estado e União trabalharão juntos no tema. Falou que o trabalho escravo não é estático e que situações novas de resgate de trabalhadores mostram que este processo é um fenômeno.

Antonio Carlos Malheiros apontou o trabalho infantil como uma das piores formas de trabalho escravo pequeno escravo, assim como o tráfico de crianças para adoção ilegal, para doações de órgãos.

Marina Novaes informou sobre: 1. Mobilização para a semana de combate ao trabalho escravo. 2. Formação de mediação de conflitos da Guarda Civil Metropolitana, que se dará no viés do combate ao trabalho escravo. 3. Necessidade de se buscar alternativas para o acesso a justiça trabalhista gratuito. 4. Reuniões mensais na primeira segunda feira útil do mês. 5. Sugeriu a criação de duas subcomissões sendo uma para a elaboração do Regimento Interno e uma segunda para a construção do Plano Municipal.

Juliana Armede (COETRAE/SP) disse que a Comissão Estadual de Erradicação do trabalho Escravo tem um Plano Estadual elaborado, porém ainda não aprovado pelo Governo do Estado, mas que o documento poderia ser usado como base para a construção do Plano Municipal.

Iasim Ahmed (TJ) felicita a criação da COMTRAE e dispõe o Tribunal de Justiça a colaborar.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Juana Kweitel (CONNECTAS) sugeriu que a SMDHC faça um esboço do regimento interno e apresente na próxima reunião. Ressaltou também que se deva incluir um eixo sobre a visibilidade, e monitoramento na COPA. Questionou por que só há representação de organizações de empresários da indústria têxtil.

Sandra Bertelli (AMATRA) parabenizou a criação da COMTRAE e colocou a Magistratura do trabalho à disposição. Disse que Plano Municipal deve seguir as mesmas diretrizes dos Planos Estaduais e o Nacional, uma vez que a erradicação do trabalho escravo desafia a atuação conjunta de todas as esferas do Poder. Sugere também que o tema seja tratado de forma transversal pela Secretaria da Educação e incluído no currículo escolar, na esteira do que as Associações de Magistrados e a Associação do Ministério Público já fazem, uma vez que há previsão na Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional que permite isso.

Mércia Silva (IMPACTO) se colocou a disposição para ajudar na elaboração do Regimento Interno.

João Galvino (SME) sugeriu que a construção do Plano Municipal fosse descentralizada para outros espaços como as Diretorias Regionais de Ensino (DRE). **Rogério Sottili** respondeu que é fundamental a participação destes atores, e que **João** como representante da SME na COMTRAE, poderia fazer essa interlocução.

Sandra Lia (MPT) destacou a importância de ter todos os contatos das pessoas que representam as instituições na COMTRAE para que o processo em benefício do trabalhador encontrado em situação análoga a de escravo seja agilizado. Concorda que a construção do Plano Municipal siga as diretrizes dos Planos Estaduais e o Nacional.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Ponderou que as reuniões sejam bimestrais. Sugeriu também que o tema enfrentamento ao trabalho escravo seja incluído nas escolas.

Clayton Borges (CDHIC) concorda com a necessidade de se fazer ações que dêem visibilidade, o tema e da participação dos setores da construção civil.

Rogério Sottili (SMDHC) finalizou a reunião indicando a necessidade de uma articulação plena, e um horizonte de novas experiências e oportunidades. Disse que este governo acredita na participação como forma de gestão, e que a paridade responsabiliza os dois lados de forma equilibrada.

Encaminhamentos:

1. Subcomissão Regimento Interno

Governo: SMDHC e SMPM

Sociedade Civil: Missão Paz e ABIT.

Leonardo Sakamoto se disponibilizou para enviar os regimentos internos da CONATRAE e das COETRAES.

2. Reuniões mensais

Primeira segunda feira útil do mês, das 10h às 13h, em local ainda a ser indicado.

A próxima será dia 10 de março.

3. Sugestão de pauta para a próxima reunião

I. Regimento Interno



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

II. Ações de visibilidade

III. Ampliação da participação

IV. Construção do Plano Municipal